

**ABUSO SEXUAL INFANTIL INTRAFAMILIAR  
SÍNDROME DO SILÊNCIO: DA CULPA AO AMOR TRANSFERENCIAL**

**CHILD SEXUAL ABUSE INTRAFAMILY  
SYNDROME OF SILENCE: THE BLAME TO TRANSFERENCE LOVE**

<sup>1</sup>GUERRA, M. E.; <sup>2</sup>ELOY, C.B

<sup>1e2</sup> Curso de Psicologia- Faculdades Integradas de Ourinhos – FIO/FEMM

**RESUMO**

Embora possa ocorrer fora do lar, o abuso sexual infantil tem, no contexto familiar, se apresentado como uma prática frequente. Nesta pesquisa serão analisados os motivos do silêncio da criança vítima de violência doméstica, referindo-se às figuras parentais biológicas ou substitutas isto é, violência de pais (ou responsáveis) contra filhos e filhas. É notório que todas as formas de violência são privilegiadas de destruição da infância e que as consequências psicológicas são múltiplas, mas a presente pesquisa se limitará à análise da síndrome do silêncio experimentada pela criança vítima de abuso Sexual, algo de tamanha violação de desejos e direitos de uma criança. O tempo decorrido para que os adultos descubram que suas crianças estão sendo vítimas de abuso sexual por pessoas dentro do âmbito familiar é o motivo desta problemática. Muitas vezes, as abordagens sexuais ocorrem dentro da própria casa sem que alguém perceba, uma vez que as vítimas não contam ou não expressam sintomas ligados ao problema. As pesquisas mostram a culpa e a identificação com o agressor como causadores significativos do silêncio e da manutenção da clandestinidade dos atos, a maneira e porque isso acontece.

Palavras chave: abuso sexual, silêncio, culpa

**ABSTRACT**

Although it can occur outside the home, child sexual abuse in the family context has been presented as a common practice. This research will analyze the reasons for the silence of a child victim of domestic violence, ie violence of parents (or guardians) against sons and daughters. It is clear that all forms of violence are privileged destruction of childhood and the psychological consequences are manifold, but this research is limited to the analysis of the syndrome of silence experienced by child victims of abuse, something of such violation of the rights and wishes a child. The time for adults to discover that their children are being sexually abused by people within the family is the cause of this problem. Often, sexual approaches occur inside the house without anyone noticing, since the victims do not tell or express symptoms related to the problem. Polls guilt and identification with the aggressor to cause significant silence and maintenance of illegal acts, how and why this happens.

Keywords: Sexual Abuse, Silence, Blame

## INTRODUÇÃO

Desde Freud, família e, em especial, a relação mãe-bebê, tem aparecido como referencial explicativo para o desenvolvimento emocional da criança. A família é a primeira instituição pela qual a criança passa, é ela quem constrói toda uma base para que a criança possa durante a vida permear decisões e relações. Sob este aspecto, os valores constituídos nas relações dentro do contexto familiar são significativos na organização da personalidade do ser humano.

Nos “Três ensaios sobre a sexualidade” Freud (1905) reformula e amplia seu conceito de sexualidade sob diversos aspectos, e define o que entende como sexualidade infantil deixando claro o papel ativo desempenhado pelo desejo sexual já na infância, concluindo que a interpretação e lembrança de fatos ocorrem sempre pelas lentes da fantasia, sendo impregnadas pelo desejo.

Para Azevedo e Guerra (1989), a família funcionaria como um porto seguro para a criança, mas no caso da violência sexual infantil, a figura agressora usa de carinhos e palavras amorosas como armas para seduzir e demonstrar que suas atitudes são um ato de amor e natural, potencializando a culpa e resultando no sofrido silêncio.

Segundo as autoras, o sentimento de culpabilidade, por vezes devastador, que as vítimas experimentam está de certa forma ligado ao medo e à identificação com o agressor, gerando ambivalência entre amor e ódio pela figura agressora, ódio pelo ato incestuoso e amor por ser alguém da família, ou seja, alguém que deveria amar e respeitar.

A pesquisa bibliográfica com ênfase psicanalítica, teve como objetivo, elucidar a sexualidade infantil, os sentimentos e atitudes da criança que vivencia o abuso sexual dentro do âmbito familiar, evidenciando realidades sobre o pacto de silêncio estabelecido entre a vítima e o abusador e o tempo decorrido até a revelação dos atos incestuosos.

### **A criança responsabilizada pelo sofrimento**

Cromberg (2004) menciona que desde o início, Freud já havia observado a presença e a intensidade dos impulsos sexuais incestuosos como desenvolvimento normal do ser humano. Ninguém melhor do que ele para descrever a sexualidade

infantil em psicanálise. Em sua carta 75 à Fliess, Freud (1905) relata a descoberta da fantasia sexual infantil, advinda dos relatos dos sonhos de seus pacientes e de sua própria análise, o que causaria um escândalo na comunidade científica. Segundo ele as crianças possuem uma sexualidade ativa, fruto da estimulação de zonas corporais, suscetíveis de erotização em sua relação com a mãe.

Segundo o referencial psicanalítico, no processo de sexualidade, as heranças sociais de vergonha e repugnância caem sobre a atividade destas zonas provocando recalque. A internalização da moralidade social introduzida pelos pais impede que a recordação da atividade reapareça, levando a criança a utilizar a repressão como mecanismo de defesa contra a angústia sofrida. Através da ressignificação dá-se o recalque da recordação das excitações vinculadas às zonas sexuais abandonadas, que nesta fase não desprendem libido mas sim desprazer, repugnância.

Freud (1913) relaciona a internalização da moralidade com as proibições. Para ele, as proibições são culturalmente necessárias, pois algumas atitudes mentais e ideias do sujeito relacionadas às pulsões estão distantes de nossa compreensão.

Ao buscar os fundamentos sobre o Tabu e o horror ao incesto, chegamos a um ponto fundamental para a psicanálise, o Complexo de Édipo. Freud utilizou a auto análise e a análise de seus pacientes, logo no início da psicanálise, em suas observações e concluiu que há sentimentos de enamoramento da criança por um dos genitores e impulsos hostis em consequência do ciúme, direcionados ao outro genitor. Faiman (2004) diz que, embora não se tenha consciência, este processo acontece com todas as pessoas e faz parte do desenvolvimento psicológico normal.

Em psicanálise, para entendermos a constituição psíquica, toma-se como referência a maneira como esse complexo se estrutura no psiquismo do indivíduo. O Complexo de Édipo está relacionado aos desejos incestuosos, suas proibições e desdobramentos, isto é, possibilita ao sujeito perceber alguns limites para a realização de seus desejos e inseri-lo no convívio humano ao qual todos devem sujeitar-se às leis impostas. (FAIMAN, 2004).

Naturalmente o tabu vai-se transformando numa força independente de crenças. Através das experiências vividas, uma base própria de normas de costumes, da tradição e das leis vão sendo internalizadas. (FREUD, 1913).

Desta forma, percebemos que a contenção das pulsões através do recalque é imprescindível no processo de civilização para pensarmos nesse sujeito enquanto ser humano.

Faiman (2004) revela que existem famílias nas quais ocorrem relacionamentos sexuais incestuosos, ou seja, a interdição do incesto falha. Se a interdição do incesto é responsável pela estruturação psicológica e social do sujeito, conclui-se que, no caso dessas famílias não haveria possibilidade de uma boa estruturação ou desenvolvimento mental. É, portanto, a cultura, responsável pela proibição do incesto e responsável por garantir a existência e organização do grupo familiar.

Para Sumit *apud* Gabel (1992), a criança inserida nesse contexto, aparece duplamente vítima dos abusos sexuais. Segundo o autor, a vulnerabilidade da criança faz com que ela sinta-se impotente frente à situação levando-a ficar em silêncio, caindo conseqüentemente, na armadilha.

A criança se adapta e a revelação tardia não convence, a criança passa a fazer um movimento de busca pela retratação sentindo-se é claro, culpada.

Segundo Laplanche (1995), o incesto é a vivência real das fantasias relacionadas ao desejo e posse da figura parental presentes no Complexo de Édipo, mediado por um ser humano de personalidade perversa que por meio de sedução e violência obriga a criança à ação incestuosa.

Veremos então na criança vítima de incesto, o que o autor chama de “vivência real de um mito”, isto é, uma vivência real do que até então estava presente apenas no campo das fantasias edípicas, percebemos também uma ausência da interdição da proibição do incesto.

Em conseqüência dessa influência exercida pela figura parental, a criança fica confusa e não consegue fazer a ligação entre o desejo e a lei do interdito. (Laplanche, 1995).

A figura agressora usa de carinhos e palavras amorosas como armas para seduzir e demonstrar que suas atitudes são um ato de amor e natural, potencializando na criança o sentimento de culpa. A sedução e ameaças são as principais armas utilizadas pelo agressor diante da situação traumatizante de abuso sexual e tem o objetivo de manter em segredo a clandestinidade dos atos.

Faiman (2004), usa o termo sedução para explicar a situação de interação entre duas pessoas na qual uma delas, através de gestos sexualizados, desperta na

outra sensações do mesmo caráter. Coloca ainda que “ambas as pessoas envolvidas encontram-se eroticamente estimuladas durante o contato”. E conclui dizendo que, “em determinadas situações, a erotização do vínculo consiste no próprio abuso”. (Faiman,2004,p.28)

Conforme esclarecimentos da autora, conclui-se que no caso do incesto a aproximação sexual acontece devido ao vínculo afetivo já existente entre a vítima e o agressor, por se tratar de alguém da família.

Eloy (2007), diz que o segredo é solicitado a criança, pois os atos acontecem somente quando ela está sozinha com o agressor, caracterizando a situação como um pacto que não pode ser partilhado com ninguém, sob o risco de ser castigada física e moralmente. Desde muito cedo é alertado à criança o perigo que desconhecidos representam, ao passo que, lhe é ensinado o dever de respeitar as figuras que representam autoridade, presentes no grupo familiar.

Como bem afirmam Azevedo e Guerra (1989), existe entre adultos e crianças uma hierarquia, na qual, o adulto detém total poder sobre a criança. No caso do abuso intrafamiliar, trata-se de uma pessoa que constrói laços de confiança com o infante e acaba por exercer domínio sobre ele sem enfrentar grandes resistências no momento das carícias e toques sexuais.

Segundo Volnovich (2005, p. 19-20), o pai abusador é um perverso, pois não tem condições de “identificar-se com as representações do outro, de reconhecer suas emoções e pensamentos”. Ele goza com seu filho/filha, sem nenhuma representação das perturbações que possam ser infligidas à criança. Percebe que o pai abusador comporta-se, em certos aspectos, “de forma pacata e até moralista, pois necessita fazer uso do poder paterno para transformar a intimidade de sua família num reduto reservado de suas práticas sexuais onipotentes e narcisistas”.

Coloca ainda, que a sedução sexual está dirigida à satisfação sexual do sedutor, mas que desperta sensações sexuais na vítima. Ainda que passiva fisicamente, a criança participa psicologicamente da atividade sedutora através dos desejos, afetos e fantasias que podem facilitar, contrariar ou complicar a sedução.

De acordo com a leitura feita pelos autores, podemos perceber que a sedução sexual está ligada à satisfação sexual do agressor e conseqüentemente ao despertar de sensações sexuais da vítima até então não experimentadas. Veremos que o motivo do silêncio não está apenas ligado ao medo de punição, mas também pela identificação com o agressor e sentimento de culpa pela manutenção dos atos.

Anna Freud (1936) descreveu a identificação com o agressor como “uma das mais poderosas armas do ego em seus tratos com os objetos que provocam angústia” e também como um dos “modos mais naturais e comuns de comportamento por parte do ego primitivo” que poderá atuar mesmo antes da agressão temida acontecer de fato. “Afirma que frente a uma agressão física ou crítica, especialmente vinda de uma autoridade superior, a criança inverte os papéis ao assumir a responsabilidade pela agressão e imitar o agressor.(p.81-82).

Uma outra consideração que a autora faz, diz respeito ao fato de que a internalização da agressão é sempre acompanhada pela projeção ou externalização da culpa, ou seja, a identificação com o agressor como um mecanismo de defesa.

Para Ferenczi (1932), os fatos de um abuso sexual se processariam da seguinte maneira: um adulto seduz uma criança e o ato sexual, apesar de ser desprazeroso, é interpretado pela criança conforme suas próprias referências, a partir da linguagem da ternura e o adulto pratica o ato a partir da linguagem da paixão. Como o adulto abusador para Ferenczi (1932) não é um perverso, o que se segue à cena do abuso é um sentimento de culpa que reforça o silêncio e faz com que ele afirme à criança que nada aconteceu. Essa atitude de negação da realidade torna o abuso sexual algo incompreensível para a criança, provoca medo e faz com que ela se sinta sozinha e abandonada. Por não dispor de palavras adequadas para significar o ocorrido, a culpa do adulto aparece como único vestígio do que ocorreu entre eles e é esta culpa que será introjetada pela criança através do mecanismo de identificação com o agressor.

Essa é a culpa que mantém o silêncio das crianças a respeito do abuso e, para Ferenczi (1932), também explica porque as vítimas tornam-se completamente incapazes de reagir ou de se defender frente ao desprazer, permanecendo sempre passivas durante a agressão. Um fator facilitador da manutenção do segredo é encontrado no mito, construído ao longo do tempo, de que a família é um “bom meio natural”.

A preocupação está na demora e permanência dos atos incestuosos contra a criança e suas implicações no desenvolvimento mental e social da mesma. Azevedo e Guerra (1989) dizem da possibilidade do psicólogo identificar o fenômeno, embora, na maioria das vezes a vítima não deixe rastros. As crianças podem apresentar pequenas evidências de privação física ou emocional e nos dão indicações através

de mudança de comportamento e humor, mas devemos pensar além do que nos é apresentado.

As autoras elencam ainda, algumas conseqüências psicológicas fruto do abuso sexual, tais como:

Aumento nas atividades masturbatórias.

Identidade feminina deteriorada;

Promiscuidade;

Homossexualidade;

Prostituição;

Confusão referente às relações sociais;

Pavor em relação ao contato com adultos;

Perda da auto-estima;

Dificuldades de aprendizagem;

Depressão;

Desordens de caráter; etc.

O papel do psicólogo segundo Gabel (1997) é assegurar proteção à criança juntamente ao poder judiciário e ir em busca de medidas sensatas que não danifiquem ainda mais a estrutura da criança. A criança passa a ser acompanhada judicialmente e tem todo o apoio psicológico que necessita. Segundo a autora, a criança encontra com o psicólogo todo espaço para ressignificar seus sentimentos em relação à culpa e medos experimentados. Esclarecimentos em relação a veracidade de todo o contexto vivenciado pela criança possibilitam sensação de alívio e de que o sofrimento está chegando ao fim.

## **CONCLUSÃO**

Pelo exposto, é possível compreender que infelizmente o silêncio que se perpetua, se constrói na forma de pacto, na relação vítima-agressor. Através de um sentimento de culpa pela concretização dos atos e pelo elo de amor mal interpretado pela vítima e imposto pelo adulto através da sedução, faz com que a criança abusada sexualmente, confusa e com medo, esconda e mantenha a clandestinidade dos atos por longo e indeterminado tempo. Embora seja essa uma cruel realidade, nós psicólogos juntamente aos familiares devemos garantir proteção e apoio psicológico à criança vitimizada no momento em que a verdade vir à tona.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N; **Crianças vitimizadas**. A síndrome do pequeno poder, 2.ed, São Paulo, IGLU, 1989.

FAIMAN, C. J. S. **Abuso sexual em família**. A violência do incesto, Coleção psicologia jurídica, São Paulo, Casa do psicólogo, 2004.

FERENCZI, S, **Confusão de língua entre os adultos e a criança**. In: Obras completas – Psicanálise IV; São Paulo, Martins Fontes 1932.

FREUD, A. **O ego e os mecanismos de defesa**. 7.ed. Porto Alegre, Artmed, 1936.

VOLNOVICH, J. R. **Abuso sexual na infância**. Rio de Janeiro, Lacerda, 2005.

MAGALHÃES, A. P. **Abuso sexual incestuoso**. Um tema centrado na criança e na família, São Paulo, Letra Capital, 2005.

GABEL, M. **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo, Summus, 1997.

ELOY, C. B. **A credibilidade do testemunho da criança de abuso sexual no contexto judiciário**, 2007, p. 38-39; dissertação de mestrado em psicologia e sociedade, Universidade Estadual Paulista, Faculdades de ciências e letras de Assis.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Obras Completas de Sigmund Freud, vol. VII Rio de Janeiro: Imago, 1901-11905.

LAPLANCHE, P. **Vocabulário da Psicanálise**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CROMBERG, R. U. **Cena incestuosa**. Abuso e violência sexual. 2.ed. São Paulo: Casa do psicólogo, 2004.

FREUD, S. **Totem e tabu**. Obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1913.